

# Implicações assistenciais sobre o pré-natal no sistema prisional brasileiro

Assistance implications on prenatal in the Brazilian prison system

Implicaciones de la atención prenatal en el sistema penitenciario brasileño

## RESUMO

Caracterizar a produção científica, no âmbito nacional e internacional, sobre as implicações assistenciais relacionadas ao pré-natal no sistema prisional brasileiro. Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nos meses de janeiro a março de 2022, utilizando o cruzamento dos descritores: Gravidez; Prisões; Enfermagem; Gestantes; Pré-Natal; com o operador booleano "AND" nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, por meio da Biblioteca Virtual em Saúde. Foram encontrados 34 artigos que após aplicar critérios de inclusão e exclusão resultaram em uma amostra de oito artigos. Resultados e discussão: Dentre as fragilidades no sistema prisional relacionado a assistência no pré-natal destacam-se o descaso na assistência pré-natal, oferta insuficiente de serviços, atendimento desqualificado e por vezes desumano. Identificaram-se ainda falta de orientações acerca dos cuidados durante o período pré-natal, aleitamento materno e cuidados com as mamas. Considerações: Conclui-se que as mulheres que vivenciam a maternidade no cárcere recebem uma assistência insuficiente e desqualificada devido ao acompanhamento inadequado dos programas de pré-natal.

**DESCRITORES:** Sistema Prisional; Gestante; Pré-Natal.

## ABSTRACT

To characterize the scientific production, nationally and internationally, on the care implications related to prenatal care in the Brazilian prison system. Methodology: This is an integrative literature review, carried out from January to March 2022, using the crossing of the descriptors: Pregnancy; Prisons; Nursing; pregnant women; Prenatal; Prisons; with the Boolean operator "AND" in the Latin American and Caribbean Literature on Health Sciences databases, through the Virtual Health Library. We found 34 articles that, after applying inclusion and exclusion criteria, resulted in a sample of eight articles. Results and discussion: Among the weaknesses in the prison system related to prenatal care, we highlight the neglect of prenatal care, insufficient supply of services, disqualified and sometimes inhumane care. There was also a lack of guidance on care during the prenatal period, breastfeeding and breast care. Considerations: It is concluded that women who experience motherhood in prison receive insufficient and disqualified assistance due to inadequate monitoring of prenatal programs.

**DESCRIPTORS:** Prison System; Pregnant; Prenatal.

## RESUMEN

Caracterizar la producción científica, nacional e internacional, sobre las implicaciones del cuidado relacionado con la atención prenatal en el sistema penitenciario brasileño. Metodología: Se trata de una revisión integradora de la literatura, realizada de enero a marzo de 2022, mediante el cruce de los descriptores: Embarazo; Prisiones; Enfermería; Mujeres embarazadas; Prenatal; con el operador booleano "Y" en las bases de datos de Literatura Latinoamericana y del Caribe en Ciencias de la Salud, a través de la Biblioteca Virtual en Salud, se encontraron 34 artículos que, luego de aplicar criterios de inclusión y exclusión, dieron como resultado una muestra de ocho artículos. Resultados y discusión: Entre las debilidades del sistema penitenciario relacionadas con la atención prenatal se destacan la falta de atención en el control prenatal, la insuficiente prestación de servicios y la atención no calificada y en ocasiones inhumana. También se identificó falta de orientación en cuanto a los cuidados durante el período prenatal, lactancia materna y cuidado de los senos. Consideraciones: Se concluye que las mujeres que viven la maternidad en prisión reciben una asistencia insuficiente y no calificada debido a un inadecuado seguimiento de los programas prenatales.

**PALABRAS CLAVE:** Sistema Penitenciario; Embarazada; Prenatal.

RECEBIDO EM: 02/04/2024 APROVADO EM: 16/05/2024

**Como citar este artigo:** Silva LS, Vitória LOS, Costa MRR, Cavalcante JM, Belmiro JCR, Rodrigues MSD, Evangelista CB, Oliveira RCC. Implicações assistenciais sobre o pré-natal no sistema prisional brasileiro. Saúde Coletiva (Edição Brasileira) [Internet]. 2024 [acesso ano mês dia];14(90):xxxx-xxxx. Disponível em:

DOI: 10.36489/saudecoletiva.2024v14i90pxxxx-xxxx

# Revisão de Literatura

Laís S. da Silva, Lílian O.S. Vitória, Maria R.R. Costa, Jéssica M. Cavalcante, Júlio C.R. Belmiro, Mariana de S.D. Rodrigues, Carla B. Evangelista, Rita de C.C. de Oliveira  
Implicações assistenciais sobre o pré-natal no sistema prisional brasileiro



## Laís Souza da Silva

Enfermeira pelo Centro Universitário de João Pessoa/Unipê.  
ORCID: 0009-0000-6713-5565



## Lílian Oliveira da Silva Vitória

Enfermeira pelo Centro Universitário de João Pessoa/Unipê.  
ORCID: 0009-0003-1361-6023



## Maria Rayssa Ribeiro Costa

Enfermeira pelo Centro Universitário de João Pessoa/Unipê.  
ORCID: 0009-0005-4468-0540



## Jéssica Marinho Cavalcante

Enfermeira pelo Centro Universitário de João Pessoa/Unipê.  
ORCID: 0000-0002-1242-843X



## Júlio César Rodrigues Belmiro

Médico. Especialista em Clínica Médica; Residente em Cardiologia pelo Hospital Metropolitan Dom José Maria Pires -SES/PB.  
ORCID: 0009-0008-0358-8539



## Mariana de Sousa Dantas Rodrigues

Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora Adjunta do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ.  
ORCID: 0000-0001-7296-0455



## Carla Braz Evangelista

Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora Adjunta do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ.  
ORCID: 0000-0001-7063-1439



## Rita de Cassia Cordeiro de Oliveira

Enfermeira. Doutora em Enfermagem.  
Professora Adjunta do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ.  
ORCID: 0000-0001-7881-271X

## INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), foi instituída pela Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014, e regulamentou as formas de integração entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Prisional, com a finalidade de garantir condições que assegurem as pessoas privadas de liberdade ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde, desde sua promoção, proteção e recuperação, sem qualquer distinção e preconceito<sup>1</sup>.

A atenção pré-natal compreende-se a um conjunto de serviços e ações de saúde preventivas, educativas, promotoras de saúde, diagnósticas e curativas, visando o acompanhamento e bom des-

fecho da gestação para a mulher e seu filho, contribuindo assim, para redução da mortalidade materno-infantil<sup>2</sup>.

Segundo Andrade e Gonçalves<sup>3</sup>, as penitenciárias brasileiras dispõem de um ambiente inadequado para o desenvolvimento de uma gestação, isso devido às precárias condições de higiene, escassez de materiais e recursos limitados, uma vez que a assistência oferecida está aquém do preconizado pelas políticas públicas de saúde, o que reflete no despreparo do sistema carcerário brasileiro, ferindo os direitos humanos, o qual deveria ser garantido a essas mulheres pela Constituição Federal.

A falta de estrutura é um dos aspectos de maior relevância dentro do sistema carcerário. Cabe destacar, que estruturalmente, as penitenciárias não foram projetadas para o público feminino e os poucos presídios que contam com celas

adequadas para essas mulheres, ainda são insuficientes, devido a superlotação do sistema carcerário<sup>4</sup>.

As gestantes privadas de liberdade enfrentam no seu cotidiano diversas barreiras, que vão desde as instalações físicas inadequadas até as condições mínimas primordiais para sobrevivência humana. Contam com um cenário cheio de vulnerabilidades e possuem dificuldades de acesso aos serviços de saúde, no qual, por vezes, os programas de pré-natais são inacessíveis ou praticamente inexistentes, o que mostra um descaso para com o binômio mãe-bebê.

Diante da relevância dessa temática, surge a necessidade de conhecer mais sobre essa problemática, e entender as reais dificuldades apresentadas por essas mulheres dentro do sistema carcerário. O que leva a seguinte questão norteadora desse estudo: Quais são as

implicações assistenciais relacionadas ao pré-natal no sistema prisional brasileiro? Assim sendo, com o intuito de ampliar e contribuir nas discussões sobre essa temática no Brasil, o presente estudo teve como objetivo caracterizar a produção científica, no âmbito nacional e internacional, sobre as implicações assistenciais relacionadas ao pré-natal no sistema prisional brasileiro.

## MÉTODO

O estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, no qual foram analisados artigos dispostos na literatura para identificar a produção científica no âmbito nacional, sobre as implicações assistenciais relacionadas ao pré-natal no sistema prisional brasileiro. As etapas adotadas para elaboração desse estudo foram compreendidas em seis fases: 1) identificação do tema e definição da questão de pesquisa; 2) estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão dos estudos; 3) definição das informações a serem extraídas; 4) avaliação criteriosa dos estudos incluídos na revisão integrativa; 5) interpretação dos resultados investigados; 6) apresentação da síntese do conhecimento<sup>5</sup>. A elaboração da questão norteadora desta pesquisa resultou na seguinte pergunta: **Quais são as implicações assistenciais relacionadas ao pré-natal no sistema prisional brasileiro?**

A revisão literária ocorreu no município de João Pessoa, Paraíba, entre os meses de janeiro a março de 2022, cuja a busca foi realizada a partir de estudos disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) na base de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Para localização das publicações, utilizou-se os Descritores em Ciências da Saúde (DECs), com o auxílio do operador booleano AND. Para tanto, foram realizados dois cruzamentos alternados: “Gravidez” AND “Prisões” AND “Enfermagem” e “Gestantes” AND “Pré-Natal” AND “Prisões”. Essa estratégia

foi adotada devido à escassez de estudos na respectiva área de pesquisa.

Os critérios de inclusão adotados para investigação foram: artigos publicados em português, e inglês referente a temática em questão, disponíveis gratuitamente nas plataformas e publicados no período entre janeiro de 2012 a março de 2022. Os critérios de exclusão foram: estudos publicados em idiomas diferentes do português e inglês, estudos que não abordaram a temática, artigos que exigem pagamento, disponíveis apenas como resumos, estudos duplicados, teses e dissertações.

Com a pesquisa obteve-se trinta e quatro (34) artigos em geral. Após filtragem de acordo com os critérios de inclusão, excluiu-se doze (12) estudos. Obtendo vinte e dois (22) artigos para análise por meio de leitura do título e resumo, destes quatorze (14) artigos foram excluídos por não condizerem com o tema proposto, dentre eles seis (6) não estavam disponíveis na íntegra, totalizando assim, oito (8) artigos selecionados de acordo com as especificações desta pesquisa.

## RESULTADOS

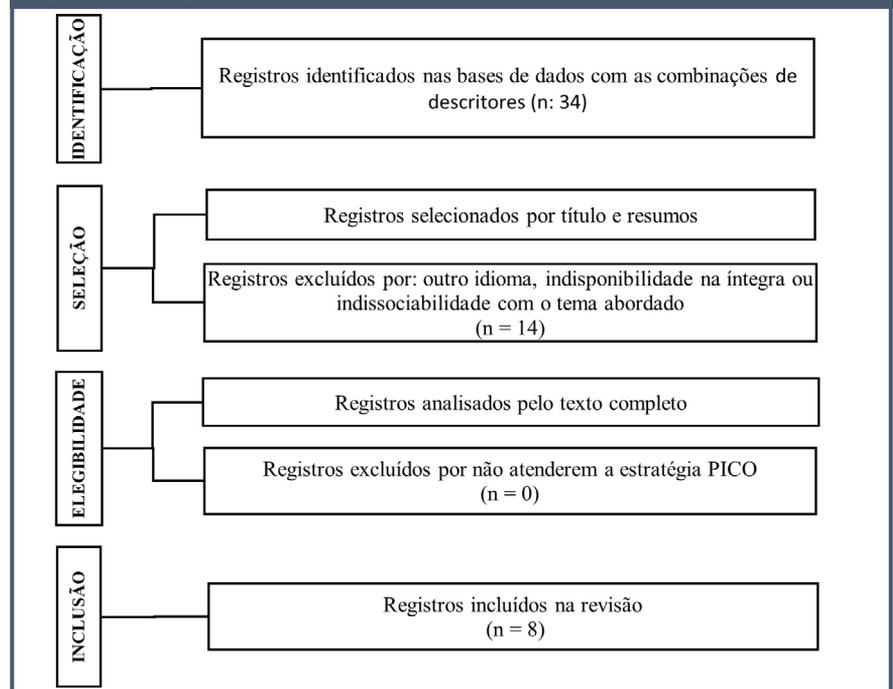
Mediante interpretação e síntese dos 22 artigos investigados, a coleta da amostra desta pesquisa resultou na inclusão de um total de oito artigos, como apresentado na figura 1.

O quadro I discorre sobre as informações dos artigos que compõem a presente amostra deste estudo, de acordo com o título do estudo, autor, base de dados, periódico, ano de publicação e metodologia trabalhada.

Mediante a análise feita com a amostra e suas características no Quadro I, observaram-se que em relação à base de dados, a LILACS é base que predomina sobre a temática, com oito artigos na base de dados. Quanto ao periódico, destacou-se a Revista Baiana de Enfermagem, onde apresentou uma frequência de três artigos nesta revisão. No que se refere aos anos de tais publicações, destacaram-se o ano de 2017 com três artigos, respectivamente.

Já no Quadro II, estão descritas questões importantes identificadas nos estu-

Figura 01- Diagrama PRISMA dos estudos incluídos na revisão integrativa



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

# Revisão de Literatura

Laís S. da Silva, Lillian O.S. Vitória, Maria R.R. Costa, Jéssica M. Cavalcante, Júlio C.R. Belmiro, Mariana de S.D. Rodrigues, Carla B. Evangelista, Rita de C.C. de Oliveira  
Implicações assistenciais sobre o pré-natal no sistema prisional brasileiro

dos selecionados relacionadas as implicações de acesso das gestantes ao pré-natal no sistema prisional brasileiro.

Após análise dos estudos foi possível identificar que o acompanhamento pré-natal dentro do sistema prisional não

ocorre de maneira efetiva como o que é preconizado pelas políticas públicas de saúde. As gestantes privadas de liberdade vivenciam no seu cotidiano diversas dificuldades para terem acesso as consultas pré-natais. Para melhor compreensão e

discussão dos resultados foram elencadas duas (2) categorias temáticas a seguir: Fragilidades no sistema prisional relacionado a assistência no pré-natal; Dificuldades de acesso das gestantes privadas de liberdade na rede de atenção à saúde.

Quadro 1: Síntese de artigos conforme base de dados, autor, título, periódico, ano de publicação e metodologia da pesquisa, João Pessoa, Paraíba, Brasil, 2022. (n = 08).

Nº	BASE DE DADOS	AUTOR	TÍTULO	PERIÓDICO	ANO	METODOLOGIA DA PESQUISA
1	LILACS	GALVÃO, MCB. <i>et al</i> ; <sup>6</sup>	Ausência de Assistência à Gestante em Situação de Cárere Penitenciário	Cogitare Enfermagem	2013	Estudo qualitativo
2	LILACS	SALES, AC <i>et al</i> ; <sup>7</sup>	Cuidado em Saúde das Mulheres Grávidas Privadas de Liberdade: Revisão Integrativa	Revista Baiana de Enfermagem	2021	Estudo qualitativo
3	LILACS	PÍCOLE, RP <i>et al</i> ; <sup>8</sup>	Gestação e Puerpério no Cárere: Estudo Descritivo da Atenção à Saúde	Revista Baiana de Saúde Pública	2014	Estudo descritivo transversal, de caráter observacional
4	LILACS	SANTANA, AT <i>et al</i> ; <sup>4</sup>	Mães do Cárere: Vivências de Gestantes Frente à Assistência no Pré-natal	Revista Baiana de Saúde Pública	2016	Estudo exploratório descritivo com delineamento qualitativo
5	LILACS	SILVA, JB <i>et al</i> ; <sup>9</sup>	Mulheres em Privação de Liberdade: Narrativas de Des (assistência) Obstétrica	Rev. min. enferm	2020	Estudo qualitativo
6	LILACS	FERREIRA, LS <i>et al</i> ; <sup>10</sup>	Percepção de Presidiárias Sobre a Assistência à Saúde Materna em uma Penitenciária Feminina.	Rev. cuba. enferm	2017	Estudo qualitativo
7	LILACS	DOMINGUES, RMSM <i>et al</i> ; <sup>11</sup>	Prevalence of Syphilis And HIV Infection During Pregnancy in Incarcerated Women and the Incidence of Congenital Syphilis in Births in Prison in Brazil.	Cadernos de Saúde Pública	2017	Estudo de incidência / Estudo de prevalência / Estudo de rastreamento
8	LILACS	FOCHI, MCS <i>et al</i> ; <sup>12</sup>	Vivências de Gestantes em Situação de Prisão.	Rev. eletrônica enferm.	2017	Estudo qualitativo descritivo

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

**Quadro 2: Implicações assistenciais relacionadas ao pré-natal no sistema prisional brasileiro. João Pessoa-PB, Brasil, 2022.**

Nº	QUAIS SÃO AS IMPLICAÇÕES ASSISTENCIAIS RELACIONADAS AO PRÉ-NATAL NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO?
A01	Assistência deficitária e precária, e, em determinadas vezes, há falta dessa assistência; destaca-se as precárias condições de habitabilidade.
A02	Ausência de acompanhamento durante a gestação e falta de recursos e medicamentos necessários à assistência à saúde.
A03	Inadequação da assistência, realização do exame de colpocitologia oncótica insuficiente e fornecimento de orientações quanto ao preparo das mamas para o aleitamento.
A04	Tecnicismo nas consultas de pré-natal e falta de assistência de enfermagem durante o pré-natal.
A05	Acesso restrito para realização de exames e tratamentos farmacológicos, apontando a desassistência pré-natal.
A06	Consideraram que a assistência é ruim, por serem tratadas de forma desumana.
A07	Assistência inadequada à saúde prestada nas prisões, com baixo acesso diagnóstico sorológico de infecções sexualmente transmissíveis, e baixa taxa de implementações de medidas preventivas.
A08	Evidencia o descumprimento do direito à saúde, devido à superlotação e à precariedade nas prisões, tratando-se de um grave problema de saúde pública.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

## DISCUSSÃO

### Fragilidades no Sistema Prisional Relacionado a Assistência no Pré-natal

Nos estudos analisados foi observado a caracterização do perfil das mulheres privadas de liberdade que vivenciaram a maternidade no sistema prisional. Em sua maioria, apresentam um perfil ocupado por mulheres jovens, em idade fértil, possuem baixa escolaridade e baixo nível socioeconômico. Fatores esses que configuram condicionantes para o acompanhamento do pré-natal, especialmente para analisar as vulnerabilidades às quais essas mulheres estão sendo expostas<sup>6,7,8,9,10,14</sup>.

O pré-natal é compreendido por um conjunto de estratégias e condutas que permitem assegurar o acompanhamento adequado do desenvolvimento ges-

racional, sendo considerado uma ação de grande relevância para o cuidado materno e infantil. A realização inadequada dessa assistência pode acarretar desfechos desfavoráveis para a mãe e o bebê, assim, o objetivo é acolher a mulher de forma mais precoce possível, garantindo até o fim da gestação, a saúde e o bem-estar da mãe e de seu filho, através de uma atenção qualificada e humanizada, minimizando condutas ineficientes, através de no mínimo a realização de seis consultas de forma alternada por profissionais Médicos e/ou Enfermeiros<sup>6,7,8,9,10,14</sup>.

Apesar da importância das consultas no pré-natal, dentre as questões mais evidenciadas nos estudos da presente revisão destaca-se o descaso na assistência pré-natal. As penitenciárias contam com programas de pré-natal que são praticamente inexistentes e quando dis-

põem desse serviço ofertam um atendimento insuficiente, desqualificado e por vezes desumano, apresentam início tardio para realização das consultas e contam com acompanhamento inadequado<sup>11,12,13,14</sup>.

O estudo de Galvão e Davim<sup>6</sup> apresenta que muitas mulheres relataram terem feito em média apenas duas consultas durante o seu período gestacional e a maioria (77,8%) afirmou que não o fez a consulta pré-natal durante a gravidez. Apesar da limitação de estudos nesta respectiva temática esse dado condiz com outros estudos, que evidenciam limitações no número de consultas pré-natais realizadas no sistema carcerário.

Fochi *et al.*<sup>7</sup> corrobora destacando que algumas gestantes possuíam um número de consultas reduzidas por razões de segurança institucional. No estudo verificou-se que eram definidas quais gestantes iriam ser levadas para consulta pré-natal, critérios esses adotados de acordo com o risco gestacional e a gravidade da infração penal. Sendo essa atitude considerada inadmissível e desrespeitando os direitos quanto ao ser feminino em situação de cárcere. A mulher no sistema prisional só não dispõe do direito de liberdade devendo ser garantido a ela todos os outros direitos.

### Dificuldades de Acesso das Gestantes Privadas de Liberdade na Rede de Atenção à Saúde

A limitação de acesso aos serviços de saúde é um dos principais fatores presente nos estudos, o que implica para a ausência de acompanhamento durante a gestação. Dada a falta de assistência à saúde, as mulheres iniciam tardiamente e de forma inadequada as consultas e relatam falta de orientações acerca dos cuidados durante o período pré-natal, aleitamento materno e cuidados com as mamas<sup>7</sup>.

Foi possível identificar que as mulheres apresentam grandes obstáculos para marcação de consultas, sejam elas com o médico ou enfermeiro. Enfren-

tam desafios também para marcação de exames e realização de testes rápidos, como o próprio exame diagnóstico de gravidez, obstáculo esse que impede a confirmação e início precoce da gravidez ao pré-natal, e apresentam dificuldades para possuírem o acesso as medicações necessárias durante esse período<sup>10</sup>.

Um estudo aponta que as mulheres ao suspeitarem da gravidez, quando solicitavam o exame diagnóstico, esse não se fazia disponível no presídio e sua chegada só se dava após alguns meses. Inclusive, algumas mulheres chegavam a solicitar aos seus familiares o exame. Ressalta-se que o retardo para confirmação de gravidez dificulta o acesso dessa mulher aos programas de saúde, uma vez que o diagnóstico positivo de gravidez se conta como pré-requisito para a transferência das mulheres para a cela especial destinada a grávidas, puéperas e recém-nascidos<sup>10</sup>.

Demarchi *et al.* (2020), evidenciam que os exames laboratoriais efetuados na gestação foram realizados em 78,9% da amostra, porém nenhum resultado foi recebido em tempo oportuno. Entre as gestantes, 94,7% foram vacinadas du-

rante a gestação, porém mais da metade não fazia uso de ácido fólico e sulfato ferroso. O que evidencia a falta de uma assistência que contemple a mulher de maneira integral. As gestantes ainda relataram que a consulta se resumia apenas na medição da altura uterina e na ausculta dos batimentos cardíacos.

A literatura evidencia que a falta de escolta policial se apresenta como um grande empecilho para o atendimento médico nos hospitais e postos de saúde pública. Essa limitação é enfatizada devido à falta de equipe necessária para o bom funcionamento do serviço. Com a ausência, precariedade e atraso dessa escolta, veículos e recursos para atender às solicitações da administração penitenciária, ocorrências emergenciais e consultas agendadas ficam prejudicadas<sup>6</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as mulheres privadas de liberdade vivenciam frequentemente diversas limitações dentro do sistema penitenciário, principalmente no que diz respeito a integralidade do acesso à saúde e as condições dignas de sobrevivência humana. Inseridas dentro

de um cenário que ignoram suas reais necessidades básicas e relacionadas ao gênero, dispõem de ambientes inadequados para sua acomodação, alimentação precária e dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Foi possível identificar que as mulheres que vivenciam a maternidade no cárcere recebem uma assistência insuficiente e desqualificada, devido ao acompanhamento inadequado dos programas de pré-natal.

O presente estudo visa despertar o olhar da sociedade e das autoridades responsáveis para esse público que vive à mercê da invisibilidade, assim como contribuir para melhor implementação da assistência mediante os conhecimentos das reais implicações que impedem a efetivação dessa assistência de forma adequada. No entanto é necessário a realização de estudos que possibilitem melhor investigação da respectiva temática.

## REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres – 2ª Edição. Ministério da Justiça e Departamento de Segurança Pública Penitenciário Nacional. Brasília, 2018.
2. Leal, MC. et al. Assistência Pré-natal na Rede Pública do Brasil. Revista de Saúde Pública [online], v. 54, n.8, 2020. Epub 20 Jan 2020.
3. Andrade, ABCA; Gonçalves, MJF. Maternidade em Regime Prisional: Desfechos Maternos e Neonatais. Revista de Enfermagem UFPE on-line. Recife, 2018.
4. Santana, AT; Olivera, GRSA; Bispo, TCF. Mães do Cárcere: Vivências de Gestantes Frente à Assistência no Pré-natal. Revista Baiana de Saúde Pública. Bahia, v. 40, n. 1, p. 38-54, jan./mar. 2016.
5. Souza, LMM. et al. A Metodologia de Revisão Integrativa da Literatura em Enfermagem. Revista Investigação em Enfermagem. Novembro, 2017.
6. Galvão, MCB; Davim, RMB. Ausência da assistência a gestante em situação de cárcere penitenciário. Cogitare Enfermagem, v.18, n. 3, p. 452-9, 2013.
7. Sales, AC. et al. Cuidado em Saúde das Mulheres Grávidas Privadas de Liberdade: Revisão Integrativa. Revista Baiana de Saúde Pública. Salvador, v. 35, e 36114, 2021.
8. Pícoli, RP. et al. Gestação e puerpério no cárcere: estudo descritivo na atenção de saúde. Revista Baiana de Saúde Pública, v.38, n.1, p.67-82, 2014.
9. Silva, EX; Cardoso, SG. Pré-natal e puerpério em mulheres privadas de liberdade: assistência de enfermagem prestada. Pontifícia Universidade Católica de Goiás Escola de Ciências Sociais e da Saúde, Goiás, 2020.
10. Ferreira, LS. et al. Percepção de presidiárias sobre a assistência à saúde materna em uma penitenciária feminina. Revista Cubana de Enfermeira, v.33, n.4, p.776-792, 2017.
11. Domingues, RMSM. et al. Prevalência de sífilis e HIV em gestantes encarceradas e incidência de sífilis congênita em crianças nascidas em prisões brasileiras. Cadernos de Saúde Pública; v.33, n.11, e 00183616, 2017.
12. Fochi, MCS. et al. Vivências de gestantes em situação de prisão. Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 19, n.57, 2017.
13. Gomes Leitão Rodrigues, L. et al. A saúde da gestante e os cuidados de enfermagem durante o pré-natal. Saúde Coletiva (Baurerui), 11(69), 2023.